

## Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais Material culture: the concrete dimension of social relations

Tania Andrade Lima

Universidade Federal do Rio de Janeiro. Museu Nacional. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil  
Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

**Resumo:** Ao investigar a emergência, a manutenção e a transformação de sistemas socioculturais, a arqueologia trabalha basicamente com três dimensões fortemente interrelacionadas: espaço, tempo e forma. A última é a que vem sendo alvo da maior diversidade de olhares ao longo da construção da arqueologia como um campo disciplinar. Neste artigo, são apresentadas as concepções sobre a natureza da cultura material desenvolvidas pelas diferentes vertentes do pensamento arqueológico. Entendida equivocadamente até a década de 1980 como uma dimensão não problemática, um reflexo passivo do comportamento humano, vem sendo demonstrado, desde então, seu caráter ativo e transformador nas estratégias de negociação social, o que faz dela a dimensão concreta das relações no interior da sociedade.

**Palavras-chave:** Cultura material. Arqueologia. Teoria arqueológica.

**Abstract:** By investigating the emergence, maintenance and transformation of sociocultural systems, Archaeology basically works with three closely inter-related dimensions: space, time, and form. The latter has seen the greatest diversity in approaches over the course of Archaeology's construction as a discipline. This article presents the conceptions of material culture developed by various schools of archaeological thought. Wrongly understood until the 1980s as an unproblematic dimension, a passive reflection of human behavior, some authors since then have explored its active and transformative role in social negotiations, making it the concrete dimension of relations inside the society.

**Keywords:** Material culture. Archaeology. Archaeological theory.

---

Como citar este artigo: LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais

**Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan.-abr. 2011.

Autor para correspondência: Tania Andrade Lima. Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Departamento de Antropologia. Quinta da Boa Vista, s/n. São Cristóvão. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP 20942-040 (talima8@gmail.com).

Recebido em 22/09/2010

Aprovado em 15/03/2011



## INTRODUÇÃO

Ao conceituarmos a Arqueologia como a disciplina que investiga a emergência, a manutenção e a transformação dos sistemas socioculturais através dos tempos, por meio da cultura material por eles produzida, fica implícito que seu interesse primordial é explicar fenômenos de mudança cultural, operando, fundamentalmente, a partir de três dimensões interrelacionadas que estruturam a vida social: forma, espaço e tempo.

Ao longo da sua construção como campo disciplinar, esses foram sempre seus focos principais de atuação, variando apenas a ênfase dada a cada um deles pelas diferentes vertentes do pensamento arqueológico, do século XIX em diante. No caso da dimensão formal e de sua variabilidade no registro arqueológico, talvez tenha sido esta, entre todas, a que foi alvo da maior diversidade de olhares, lançados pelas diferentes perspectivas teóricas construídas ao longo da trajetória da disciplina. Analisada por um amplo espectro de tendências, com diferentes graus de complexidade, a dimensão formal ganhou corpo de uma maneira tal que seu estudo chegou a se fundir com o da própria Arqueologia, com a qual costuma ser estreitamente identificada.

Maior que a de outros campos do conhecimento que também utilizam a cultura material como dado, essa forte identificação tem suas raízes, certamente, no fato de que, por não poder contar mais com os atores sociais em cena, ela constitui a fonte primária da Arqueologia para o acesso ao passado da humanidade, quando não a única, como ocorre na arqueologia pré-histórica. Por essa razão, mais que as demais, a disciplina teve forçosamente que se aparelhar – teórica, metodológica e tecnicamente – para lidar em maior profundidade com os aspectos concretos, tangíveis, da produção humana. Essa circunstância, inquestionavelmente, a tornou a disciplina mais qualificada para investigar o rico e complexo domínio material da cultura, cuja história é tão longa, como assinalaram Yentsch e Beaudry (2001), quanto o próprio gênero humano. A cultura material, indissociável e constitutiva da

condição humana desde o seu surgimento, é onipresente no mundo, sendo ele mesmo entendido, segundo Miller (1994), como um artefato.

Não obstante, os chamados Estudos de Cultura Material transcendem a Arqueologia e compõem, atualmente, um campo bem mais amplo, emergente, de natureza transdisciplinar, que pesquisa a produção material da humanidade, passada e contemporânea (Hicks e Beaudry, 2010). Miller (1987, p. 112) invocou para esse campo o *status* de disciplina independente, voltada para o estudo de todos os aspectos das relações entre o material e o social (Miller, 1985, p. 4). Reflexões que exploram o papel da materialidade nas sociedades humanas e as interações entre artefatos e relações sociais têm sido conduzidas, além dos arqueólogos, por pesquisadores em ciências sociais e humanas, envolvidos com a história da tecnologia, da arte, da arquitetura e do design, bem como com semiologia, sociologia, antropologia cultural, história social, geografia, ciência da cognição, psicologia, museologia, entre outras. Se, por um lado, Arqueologia é estudo da cultura material, por outro, os estudos de cultura material transcendem a prática arqueológica.

Se este foi um domínio que caiu em desgraça e foi negligenciado pelas ciências sociais no pós-guerra, assim permanecendo pelo menos até a década de 1980, ultrapassado por teorias renovadoras do pensamento social, que contemplavam mais os aspectos imateriais dos sistemas socioculturais que a sua materialidade, ele agora transita nas largas avenidas abertas pelo pós-estruturalismo, e se encontra na ordem do dia. Testemunhos disso são periódicos transdisciplinares, que passaram a se dedicar abertamente a essa questão nas últimas décadas, como o “Journal of Material Culture”, criado na Inglaterra, em 1996, ou, no Brasil, a nova série interdisciplinar dos “Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material”, da Universidade de São Paulo, inaugurada em 1993, entre outros.

O presente dossiê temático resulta desse interesse renovado pela cultura material, aqui entendida

amplamente, à luz de Deetz (1977), como qualquer segmento do meio físico modificado por comportamentos culturalmente determinados. Ao mesmo tempo, em movimento de dupla direção, ele cumpre um papel indutor, ao apresentar a relevância da dimensão material da vida social e estimular sua investigação.

## A CULTURA MATERIAL COMO REFLEXO

Se as raízes mais fundas da Arqueologia estão no Iluminismo da Europa setecentista, sua fixação como disciplina só ocorreu em meados do século XIX, sob influência do evolucionismo de Charles Darwin e dos avanços alcançados por Charles Lyell, na Geologia. Da observação e coleta dos crescentes achados, veio a necessidade de classificá-los, surgindo daí a criação das primeiras convenções terminológicas para descrever e ordenar a cultura material em categorias inteligíveis. Do mesmo modo, foram desenvolvidos os primeiros sistemas tipológicos, com base na biologia, aplicando-se neles, como assinalaram Patterson e Orser Jr. (2004, p. 142), os princípios da evolução e seleção natural.

A Arqueologia adentrou o século XX tendo a classificação de materiais arqueológicos e o desenvolvimento de tipologias como um fim em si. A ordenação dos artefatos em tipos – ou seja, em modelos socialmente aprovados, adotados e intensamente reproduzidos (Childe, 1962, p. 35) – levou ao reconhecimento de culturas arqueológicas, definidas pela existência de traços comuns em determinado tempo e espaço. A cultura material, ordenada em etapas fundadas em avanços tecnológicos, forneceu as evidências necessárias para a sustentação de grandes esquemas de desenvolvimento progressivo.

Logo nas primeiras décadas daquele século, entretanto, começaram a surgir questionamentos sobre a eficácia das classificações tipológicas, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos. Na Inglaterra, Gordon Childe argumentava que não bastava descrever e classificar objetos, sendo necessário averiguar onde eles foram feitos, quem os fez, como e por que. As tipologias, por sua vez, deveriam ser

construídas com o propósito de estabelecer cronologias. Da mesma forma, nos Estados Unidos, então sob a influência do particularismo histórico, elas passaram a ser vistas como construções reconhecidamente arbitrárias, válidas apenas como um meio para a mensuração do tempo, e não como um fim último (Lyman *et al.*, 1997, p. 86-120).

Os princípios analíticos subjacentes a vários métodos e técnicas surgidos na disciplina por volta da década de 1930, e que constituem até hoje os procedimentos mais fundamentais e imprescindíveis da Arqueologia, geraram seu primeiro paradigma formal, o histórico-culturalismo (Lyman *et al.*, 1997, p. v). À luz dessa perspectiva, homogeneidade na cultura material se tornou a assinatura de um grupo étnico no registro arqueológico, enquanto variações se tornaram marcadores de diferenciação. Os complexos de traços regularmente associados, que passaram a compor culturas arqueológicas, foram interpretados como o modo de vida de povos particulares (Trigger, 1994, p. 12), tendo sido a difusão e a migração entendidas como os principais agentes de mudança, responsáveis exclusivos pelo acréscimo ou apagamento desses traços. Para o histórico-culturalismo, as coisas materiais mudam porque as pessoas mudam.

Nessa linha de pensamento, a cultura material foi entendida como um reflexo passivo da cultura, sendo esta conceituada como um conjunto de normas, valores, ideias, prescrições e regras formais partilhado por um determinado grupo. Inertes, os artefatos portariam significados que lhes seriam inerentes, cabendo ao investigador tão somente a tarefa de retirar deles a poeira do tempo para que esses significados aparecessem e o passado pudesse ser 'reconstruído'.

Essa perspectiva, recorrente na literatura até há bem pouco tempo, deitou raízes fundas na disciplina, mundo afora, marcando fortemente não apenas os procedimentos de coleta de dados em campo e de análise em laboratório, mas, sobretudo, a interpretação da cultura material recuperada pela Arqueologia. De natureza essencialmente indutiva, o histórico-culturalismo estabeleceu como padrão



de qualidade o recolhimento acurado do maior número possível de evidências materiais em campo, entendendo que, quanto mais elementos reunidos, melhores as possibilidades de interpretação do modo de vida de um grupo em estudo.

Na etapa analítica, o paradigma histórico-cultural explorou intensamente técnicas para identificar, classificar e interpretar a cultura material, de tal forma que suas rotinas estabelecidas em laboratório acabaram por constituir o núcleo da prática arqueológica: desde a identificação da matéria-prima, sua origem e propriedades; do modo como são produzidos os artefatos; da sua função e dos usos a que eles foram submetidos, à análise dos seus atributos físicos, *design* e estilo, sua ordenação em tipologias, datações e, eventualmente, dependendo das motivações e inclinações do pesquisador, seriações. Os resultados desses procedimentos técnicos e metodológicos são, em geral, direcionados para a construção de categorias espaço-temporais, como fases e tradições, e para a atribuição dos achados a grupos específicos. Em alguns casos, são inseridos em argumentos e problemas mais amplos, visando alimentar, com os novos dados obtidos, as 'reconstruções' do passado.

Em sua trajetória, portanto, essa vertente do pensamento arqueológico que surgiu do vigoroso apelo estético da cultura material do mundo antigo e, em seguida, mergulhou no tempo, em busca dos vestígios do passado mais remoto da humanidade, se construiu basicamente em torno dos artefatos. Produziu um vocabulário específico para dar conta dos seus atributos, debruçou-se detidamente sobre suas propriedades físicas, virou-os pelo avesso em seu esforço para entendê-los, descrevê-los e classificá-los, desenvolveu técnicas específicas para extrair deles o maior número possível de informações. Embora bem sucedida ao longo de praticamente um século, ela custou a se dar conta da circularidade em que caiu, ao produzir mais informações do que propriamente conhecimentos. Aqueles que, desiludidos, perceberam em toda a extensão seus limites estreitos, partiram aguerridamente em busca de novas perspectivas para a disciplina.

## A CULTURA MATERIAL COMO RESPOSTA ADAPTATIVA

No clima efervescente do pós-guerra, os descontentes com o que acreditavam ser uma inabilidade da perspectiva histórico-cultural para entender e explicar os fenômenos de mudança partiram para uma crítica corrosiva e devastadora a esse paradigma, rejeitando-o de forma ostensiva. Fortemente comprometidos em infundir na disciplina sólidas bases científicas e deixar para trás, de vez, os procedimentos indutivos, desqualificaram o conceito normativo de cultura. Liderados por Lewis Binford e sob influência direta de Leslie White (1959), passaram a entendê-la como 'um meio extrassomático de adaptação humana ao ambiente', com ela assumindo o lugar da evolução biológica para tornar os indivíduos mais aptos à sobrevivência. À luz dessa perspectiva, a cultura material resultaria dessa adaptação não biológica ao meio, realizada fora do corpo (extrassomática) e, portanto, cultural, sendo entendida como uma resposta às pressões de diversas naturezas sofridas pelos grupos humanos.

A cultura, modelada pelas possibilidades e pelos limites impostos por condições ambientais, passou a ser entendida como um sistema, ou seja, como um conjunto de elementos interdependentes – os subsistemas – em interação solidária, sendo possível compreender um deles por meio de suas relações funcionais com os demais. As possibilidades oferecidas pela Teoria Geral dos Sistemas para explicar o funcionamento das sociedades humanas entusiasmaram os opositores do histórico-culturalismo. Positivistas ferrenhos, que aspiravam à aplicação das ciências duras à Arqueologia, de modo a transformá-la em uma disciplina rigorosamente científica, hipotético-dedutiva e nomotética, eles encontraram nela um suporte teórico eficiente, conveniente para seus propósitos, com alto poder explanatório (Watson *et al.*, 1971). Com esses referenciais, eles se empenharam na construção de uma antítese do histórico-culturalismo.

Mais que o estudo dos componentes propriamente ditos do sistema, feito pela Arqueologia até então, o que interessava a eles, de fato, era a investigação, não desses

elementos em si, mas das relações entre eles e dos mecanismos de autorregulação para manter o sistema em equilíbrio. Sofrendo todo o tempo influências do ambiente, as sociedades operam como sistemas abertos, dinâmicos. Por serem resistentes a mudanças, esses sistemas acionam mecanismos de realimentação, positiva ou negativa, sempre que se instala um desequilíbrio, de modo a assegurar sua homeostase.

Tratava-se, então, de explicar a mudança cultural não mais como fruto de “influências, estímulos ou mesmo migrações” (Binford, 1962, p. 217), mas como um fenômeno resultante de processos evolutivos disparados pela dinâmica do sistema, reagindo a estímulos externos – no caso, a alterações climáticas e pressões demográficas – e que pode ser previsto. Qualquer mudança em um ou mais elementos do sistema, pela sua interdependência, já seria suficiente para determinar alterações em todos os demais, de modo a se regularem e se adaptarem para recuperar a homeostase, devidamente reconfigurados. O estudo desses processos na longa duração e em larga escala tornou-se a principal meta a ser alcançada, tanto quanto possível, à luz de modelos preditivos.

Nessa perspectiva fortemente determinista, a cultura material foi entendida como um produto passivo da adaptação humana ao ambiente externo, sendo analisada, sobretudo, em seus aspectos tecnológicos e econômicos, à luz de rigorosos tratamentos estatísticos. Suas dimensões ideacionais, como significados simbólicos, crenças, motivações etc., foram consideradas inacessíveis à investigação científica, tendo sido seu estudo, entendido como altamente especulativo, por essa razão, deixado de lado pelos pesquisadores processuais. Para eles, as coisas materiais mudam porque os sistemas mudam, quando em desequilíbrio, buscando uma maior eficiência adaptativa.

O espírito de cientificidade que tomou conta dessa Arqueologia fortemente reativa foi bem mostrado por South (1977, p. 31 e 41). Até então voltada para a reconstrução de modos de vida passados, a disciplina teria ficado ao largo do estudo dos processos culturais. A chave para

compreender a dinâmica desses processos deveria ser o reconhecimento de padrões na cultura material, por meio de exaustivas análises quantitativas. A observação e definição da regularidade e variabilidade na cultura material de sistemas socioculturais forneceriam a plataforma necessária para a tão almejada formulação de leis gerais para a dinâmica cultural e teste de hipóteses relativas a processos culturais, em pesquisas orientadas para a resolução de problemas. Para se compreender essa variabilidade, seria preciso ter amostras, de fato, representativas, o que fez alguns pesquisadores olharem muito mais criticamente, como assinalou Johnson (2010, p. 27), para as teorias e técnicas de amostragem, nas quais se apoiaram fortemente. Não seria mais o caso de se recolher em campo, como no histórico-culturalismo, o maior número de evidências possíveis, mas sim aquelas consideradas suficientes para responder às questões levantadas.

Assumindo o comportamento humano como padronizado, bem como a produção material dele resultante, o registro arqueológico fatalmente teria que exibir essa padronização, cabendo ao pesquisador identificá-la nas propriedades formais e distribuições espaciais dos artefatos. Se antes a variabilidade constatada em conjuntos artefatuais – uma dimensão altamente informativa para o estudo de sistemas socioculturais pela Arqueologia – era interpretada como variabilidade cultural, como expressão de diferentes culturas, à luz agora dessa visão funcionalista das sociedades humanas ela passou a ser explanada do ponto de vista da sua funcionalidade dentro do sistema (Binford, 1983, p. 131).

Se muitos foram os ganhos e as conquistas obtidos a partir dessa perspectiva teórica, especialmente de natureza metodológica, as duras e impiedosas críticas – antes dirigidas pelos seus adeptos ao histórico-culturalismo, reduzindo-o à caricatura de uma Arqueologia improdutiva e obsoleta – não tardaram a bater em sua porta, com igual intensidade. Não só a decisão de ignorar aspectos ideacionais e simbólicos mutilou a cultura, estilizada em subsistemas, com o foco na economia, subsistência e tecnologia obscurecendo os demais, como a tentativa de



explicar a complexidade do comportamento humano por meio de modelos matemáticos não foram suficientemente convincentes. Tampouco as coisas materiais podem ser entendidas como estáticas, reflexos passivos de relações sociais e do sistema político e econômico em ação. Mas, acima de tudo, essa perspectiva reduziu o indivíduo a um autômato, controlado pelo sistema.

Essa condição de passividade perante forças maiores, acionadas para assegurar a homeostase sempre que abalada por fatores externos, foi considerada inaceitável. Ao colocar o sistema como o grande agente, o processualismo tornou o indivíduo incapaz de promover escolhas e de mudar os rumos de sua existência, negando a agência humana como uma força poderosa para a mudança. Se a aplicação da Teoria Geral dos Sistemas à cultura mostrou, indiscutivelmente, como se processa a interação entre os elementos que a compõem, seu sucesso foi parcial, na medida em que ela foi capaz de mostrar como ocorre a mudança, mas não por que ela se processa.

## A CULTURA MATERIAL COMO PARTE DO FENÓTIPO HUMANO

Um forte desconforto com essa incapacidade de explicar por que se processa a mudança fez com que alguns insatisfeitos com o programa processual voltassem seus olhos para a teoria evolutiva darwiniana, no início da década de 1970 (Dunnell, 1971), em busca de uma possível saída para o que estava sendo considerado como um impasse. Se a Arqueologia tradicional era francamente desestimulante, pelas suas evidentes limitações, o novo paradigma proposto teria tomado, segundo eles, o caminho errado, ao eleger a Antropologia como sua matriz teórica, embora partilhando o mesmo anseio por uma 'arqueologia científica'.

Se as grandes questões da Arqueologia são mudança e variabilidade cultural através do tempo, para Dunnell e seus seguidores, elas não podem ser compreendidas por meio de um modelo a-histórico de ciência, adequado apenas para mensurar a diferença. Para investigar a mudança, só uma perspectiva histórica teria sucesso,

comprometida com as causas que a determinam, como a da Biologia moderna, tendo em vista que o registro material é tão histórico quanto o registro fóssil, e marca a passagem do tempo (O'Brien e Lyman, 2000, p. 9). Pelo fato de ambas as disciplinas terem interesses comuns e também procedimentos analíticos muito similares – como classificação, descrição, quantificação, comparação –, a teoria evolutiva darwiniana seria, ela sim, a ferramenta teórica mais adequada para explicar aquelas questões.

Incorporando contribuições tanto do histórico-culturalismo quanto do processualismo, a Arqueologia seletcionista foi construída assumindo como suas questões centrais a variação, a hereditariedade e a seleção, entendendo que a evolução pode ocorrer como resultado de: a) seleção natural, ou seja, de transformações de natureza adaptativa; b) de deriva genética – no caso, mudanças aleatórias na frequência de traços resultantes dos caprichos da transmissão; e c) de ambos.

Se evolução e adaptação constituem o cerne da Arqueologia darwiniana e o mesmo ocorre no processualismo, poderia ser cogitada, à primeira vista, uma mesma identidade programática entre ambos. No entanto, trata-se, na verdade, de questões abordadas de forma muito diferente na Antropologia e na Biologia Evolutiva. Se o evolucionismo cultural entendeu evolução como progresso, a teoria darwiniana a concebe como processo de transformação, como qualquer mudança direcional clara ou qualquer mudança cumulativa nas características dos organismos ou populações por muitas gerações, incluindo tanto a origem quanto a dispersão de traços. Evolução é continuidade com mudança, mudança na composição de uma população através do tempo; é descendência com modificação, é o processo de substituição de uma forma por outra (Lyman e O'Brien, 1998, p. 616), muito distante, portanto, da ideia de progresso. Por sua vez, enquanto adaptação, para os processualistas, é qualquer comportamento que tem uma função em um ambiente, para os darwinianos ela é uma característica fenotípica, que, aumentando a aptidão, foi modelada através do



tempo pela seleção natural, atendendo a uma importante função evolutiva.

A totalidade das características observáveis de um indivíduo, tanto físicas quanto comportamentais, constitui o seu fenótipo e é nele que opera a seleção natural. Tentando fazer uma ponte entre os processos evolutivos e o registro arqueológico, este último é entendido como as partes duras do fenótipo humano (Leonard, 2001, p. 70), tanto quanto são os ossos e a pele, e considerado o registro empírico da variação, da transmissão e da persistência diferencial da variação, como produto da operação da seleção natural e do acaso. Os artefatos, por conseguinte, seriam os restos fossilizados de fenótipos humanos bem sucedidos (O'Brien e Holland, 1995, p. 179).

Como apontaram O'Brien e Lyman (2000, p. 7), as características extrassomáticas estão tão sujeitas aos processos evolutivos quanto as somáticas. Os indivíduos que fizeram os artefatos estiveram submetidos a processos evolutivos, de modo que os elementos materiais da cultura não são reflexos, mas componentes ativos do processo adaptativo, tanto quanto o são, por exemplo, ninhos de pássaros. Suas variações representam soluções alternativas a problemas de adaptação. Os artefatos, por expandirem a aptidão dos indivíduos, na medida em que acrescentam a quem os utiliza habilidades e capacidades que eles não possuem naturalmente, os tornam mais aptos à sobrevivência. Desse modo, são capazes de fornecer dados relevantes para a compreensão não apenas do processo evolutivo, mas das histórias evolutivas específicas dos seus usuários.

Para a arqueologia darwiniana, grupos sociais humanos são entendidos como espécies. Embora a seleção natural, um mecanismo de mudança, atue sobre indivíduos, são as espécies que evoluem, compondo linhagens, ou seja, linhas temporais de mudança construídas pela hereditariedade, denotando continuidade. Este é, por natureza, um estudo histórico, na medida em que a passagem do tempo está impressa no registro arqueológico e os artefatos mostram como certas variáveis substituíram

outras ao longo dessa dimensão. Assim, o estudo diacrônico dos artefatos mostra mais que uma sequência temporal ou uma convergência, evidencia que eles têm uma linhagem histórica. A construção de linhagens culturais (crônicas históricas) e a explanação dessas linhagens (narrativas evolutivas) constituem um dos seus principais objetivos (Lyman e O'Brien, 1998).

Uma vez que os artefatos são colocados na ordem cronológica adequada e que fica demonstrado que eles compõem uma linhagem histórica, a teoria evolutiva é, para os darwinianos, a que melhor explica por que eles assumiram determinada forma. Nessa ordenação, o conhecido método de seriação – uma importante ferramenta do histórico-culturalismo – se revestiu de um interesse especial e vem sendo intensamente explorado por eles (Teltser, 1995, p. 51-52). De um ponto de vista evolutivo, demonstrar filogenia e descendência com modificação é importante no nível explanatório. A mudança evolutiva ocorre dentro de populações historicamente relacionadas, e qualquer método que demonstre tais relações no espaço e no tempo é potencialmente importante para estudos evolutivos. Linhagens de artefatos estão, evidentemente, relacionadas às linhagens de seres humanos responsáveis pela sua produção, e a teoria evolutiva volta-se para a sua reconstrução e para a explanação das razões pelas quais elas assumiram determinadas formas, sendo entendida como a ferramenta mais adequada para esta finalidade.

Alguns dos mais fortes ruídos provocados pela Arqueologia darwiniana foram decorrentes de problemas de natureza conceitual e terminológica. Muitos dos seus críticos ferrenhos, considerando, equivocadamente, como equivalentes termos comuns à Biologia Evolutiva e à Arqueologia, como evolução, além de outros, como materialismo e essencialismo, adaptação, tipo etc. (mas que, na verdade, possuem conotações e significados totalmente distintos, como visto acima), partiram para o ataque, desqualificando ou, até mesmo, ridicularizando a perspectiva selecionista. Para outros, a espécie humana





se tornou única a partir do momento em que passou a interferir diretamente na sua própria evolução (Jones *et al.*, 1995, p. 13), o que não permitiria mais considerá-la à luz do paradigma proposto. Há, ainda, aqueles que não concordam que a evolução cultural se processe do mesmo modo que a biológica, em especial no que diz respeito à seleção natural.

Mesmo assim, trata-se de uma corrente teórica em ascensão, já que, não obstante lançada no início dos anos 1970, só tomou corpo e ganhou aceitação tardiamente, na década de 1990, uma vez arrefecidos os tórridos debates travados entre os positivistas e seus críticos pós-processuais. Provavelmente, foi o quadro de insatisfação com os rumos tomados pela teoria arqueológica nos anos 1980, fortemente polarizada entre o pensamento cartesiano e o pós-moderno, que fez migrar para a perspectiva evolutiva pesquisadores que se sentiram atraídos pelo que consideraram como o vigor explanatório da teoria darwiniana.

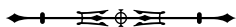
## A CULTURA MATERIAL COMO TEXTO

A cultura material, vista como uma dimensão não problemática pelas diferentes perspectivas teóricas da Arqueologia até a década de 1980, foi a que sofreu a mais radical transformação desde então, em decorrência da penetração do pensamento pós-estruturalista na disciplina. Um profundo mal estar com o entendimento da cultura material como algo inerte, com função primordialmente utilitária, destinada tão somente a preencher as necessidades da adaptação humana ao meio ambiente, desencadeou uma forte reação em setores acadêmicos afinados com a teoria social da pós-modernidade, especialmente na Inglaterra, configurando o que Wylie (2002, p. 171) designou como “as guerras anti-/pós processualismo”.

Integrando a Arqueologia aos debates contemporâneos, os chamados ‘radicais de Cambridge’ a retiraram, finalmente, do descompasso no campo das ciências sociais, agravado na década de 1960 com a adoção, pela corrente processual, das já então anacrônicas abordagens funcionalistas, positivistas e empiricistas. No

momento em que o estruturalismo mudava a topografia da paisagem teórica das disciplinas da área, colocando em ebulição os meios intelectuais, a Arqueologia passou em branco e ao largo das influências desse efervescente movimento, distanciando-se perigosamente do pensamento contemporâneo, justo na circunstância em que as coisas materiais começavam a se tornar ‘boas para pensar’. Nesse cenário, apenas algumas raríssimas exceções – que só confirmam a regra – foram registradas, como a antológica análise estrutural de Glassie (1975), sobre arquitetura vernacular do século XVIII na Virgínia, onde aplicou princípios da linguística à análise arquitetônica, fundado no pensamento de Noam Chomsky e também na antropologia estrutural de Claude Lévi-Strauss. Antes dele, na França, deve-se mencionar a abordagem estruturalista de Leroi-Gourhan (1965) e de sua discípula, Annette Laming-Emperaire (1962), à arte parietal paleolítica, pioneira na sua aplicação à Arqueologia.

Dispostos a explorar as dimensões cognitivas e ideacionais do passado e reposicionando o estudo da cultura material, agora, como protagonista, os autodesignados pós-processualistas, sob a influência de uma diversidade de perspectivas teóricas – nomeadamente, segundo Tilley (2008a), marxismo, estruturalismo e semiótica, em suas várias combinações – esvaziaram algumas das principais bandeiras da arqueologia positivista. Sem negar o sistema e a função adaptativa, entenderam que ambos são controlados pelas ideias dos indivíduos, fundadas não em modelos universais, mas no particularismo de suas culturas. Negociadores ativos das regras sociais, os indivíduos trabalham constantemente na criação e recriação da ordenação social. Mais que o sistema propriamente, o que é de interesse, de fato, são níveis mais profundos de análise, no caso, as estruturas por meio das quais ele assume a sua forma, que podem incorporar conflitos, tensões e contradições (Hodder, 1995, p. 85). A variabilidade formal do registro arqueológico é devida, ao menos em parte, a mecanismos estruturadores que operam em nível cognitivo e ideacional.





Refutando as dicotomias produzidas pelo processualismo – como sistema x estrutura, materialismo x idealismo, sociedade x indivíduo, geral x particular, sujeito x objeto – eles procuraram ver, mais que uma oposição radical entre essas categorias, as relações entre elas, especialmente entre as últimas, de interesse central para os estudos de cultura material, na medida em que objeto e sujeito, constituído e constituinte, estão associados indelevelmente em uma relação dialética, são parte um do outro, são a mesma coisa, embora diferentes (Tilley, 2008b, p. 61).

Para eles, a cultura material não tem significados inerentes, os artefatos não falam por si mesmos. São os arqueólogos que lhes conferem significados (Leone, 1981). Assim, não há 'reconstruções', mas construções do passado, fortemente influenciadas por agendas políticas contemporâneas. Na transmissão e reprodução do significado cultural, os símbolos são agentes ativos. São eles que ordenam a vida social, recriando-a continuamente, de tal forma que esta é uma dimensão da cultura material que não pode ser ignorada. Esses significados não derivam simplesmente da sua produção, mas também do seu uso e da sua percepção pelos outros (Hodder, 1995, p. 83-84); são fluidos, variam de acordo com contextos históricos particulares, sendo continuamente transformados.

A cultura material é produzida não por um sistema, mas por indivíduos com escolhas ideologicamente determinadas. Longe de ser apenas um reflexo da cultura, ela a constitui ativamente (Hodder, 1982); do mesmo modo, mais que um reflexo direto do comportamento, ela age de volta sobre ele, com seu poder transformador, como parte das estratégias de negociação social. As formas materiais não espelham simplesmente distinções sociais, ideias ou sistemas simbólicos. Ao contrário, elas são o meio efetivo por onde esses valores, ideias e distinções sociais são constantemente reproduzidos e legitimados, ou transformados (Tilley, 2008b, p. 61), de modo que toda uma trama de relações sociais se instala a partir da cultura material. Assim, tanto as coisas materiais mudam porque as

sociedades e as pessoas que as produzem mudam, quanto elas mudam para que as sociedades e as pessoas mudem.

Fala, escrita fonética e cultura material seriam transformações de uma prática humana primordial – a comunicação entre indivíduos e a criação de significados –, estruturadas de uma mesma maneira e partilhando qualidades comuns (Tilley, 1991). Assim como a linguagem, a cultura material é um sistema estruturado de signos, de modo que ela pode ser considerada como um texto. Nessa analogia textual, os textos materiais devem ser lidos, sua sintaxe desvendada, estando implícito o fato de que as pessoas os leem diferentemente, de tal forma que a cultura material está aberta a múltiplas interpretações. Por meio de discursos materiais, as pessoas falam silenciosamente sobre si mesmas, sobre sua visão de mundo, sobre o que não pode ou não deve ser dito verbalmente, e aí reside a sua força.

As diferentes perspectivas teóricas que influenciaram o movimento pós-processualista, mencionadas acima, acabaram por definir várias tendências no estudo da cultura material, como a arqueologia estrutural, fundada no estruturalismo revisto; a arqueologia simbólica, na semiologia; a arqueologia crítica, no neo-marxismo. Todas elas, porém, são fortemente interpenetrantes. Fundado nessa diversidade e na falta de consenso, o pós-processualismo apresenta diferenças internas e divisões que, no entanto, são valorizadas ou mesmo celebradas pelos seus adeptos. Longe de ser uma escola unificada de pensamento, essa vertente deve ser mais propriamente referida não como um movimento, mas como uma 'era', segundo Hodder (2001), na qual são levantadas mais perguntas que fornecidas respostas, e onde o debate e as incertezas sobre questões fundamentais, antes pouco abordadas pela disciplina, são a norma.

Fortemente criticada como não científica e subjetiva, construída a partir de especulações totalmente arbitrárias, vistas como imaginosas fantasias que carecem de comprovação, a interpretação pós-processual está longe de uma aceitação pacífica. Mas, da mesma forma como o movimento processual enriqueceu extraordinariamente a disciplina do ponto de vista



metodológico, é inegável que o pós-processualismo trouxe importantes avanços teóricos, inserindo a Arqueologia nos grandes debates contemporâneos.

### **CULTURA MATERIAL E PERCEPÇÃO SENSORIAL**

A chamada do movimento pós-processualista para a necessidade de incorporação dos aspectos simbólicos e cognitivos ao estudo da cultura material expandiu as possibilidades analíticas, abrindo caminho para a investigação de um domínio até então praticamente inexplorado pela Arqueologia: a dimensão sensorial das coisas materiais. Tendo em vista que as pessoas se comunicam todo o tempo com o mundo ao seu redor por meio dos sentidos, esta é uma dimensão que não pode ser suprimida simplesmente da investigação da materialidade.

Essa perspectiva, fundada na fenomenologia e também na teoria social, começou a despontar na arqueologia com maior intensidade a partir de meados da década de 1990, capitaneada, sobretudo, por pós-processualistas, em especial nos estudos sobre a paisagem e o corpo (Tilley, 1994; Bender, 2006; entre outros). Esse despontar foi tardio, se considerarmos a penetração bem anterior da fenomenologia em vários outros campos disciplinares, entre eles a geografia humanista, onde foram emblemáticos os trabalhos de Tuan (1983), que exerceriam posteriormente considerável influência na arqueologia da paisagem.

O que é informado pelos sentidos – aí incluído o universo material – torna-se uma experiência da consciência. Percepções e sensações configuram o modo como as pessoas sentem o mundo, por meio da vivência prática, cotidiana, individual. É por meio do corpo – lugar da experiência – e das suas percepções sensoriais que vemos e estamos no mundo. Nossa relação com a materialidade passa, necessariamente, por essas percepções e sensações, de tal modo que não apenas a forma – tão valorizada pela arqueologia –, mas também outros atributos sensoriais – como cor, textura, som, gosto, cheiro – precisam ser examinados, sempre que as circunstâncias permitirem. Como disse Tilley (2008b, p. 61), nós tocamos as coisas

e, ao mesmo tempo, as coisas nos tocam. Não restam dúvidas de que a cultura material é uma construção social, mas fundada nas propriedades físicas dos materiais, a partir da complexa trama de possibilidades que essas propriedades oferecem à criatividade humana, que delas se apropria para a atribuição de toda sorte de significados, que vão mudando ao longo da história de vida dos objetos, posto que não são estáticos.

A cor e a textura, sobretudo, podem ser observadas arqueologicamente, mas as propriedades acústicas também constituem um campo de possibilidades a ser explorado. Contudo, só agora, na década atual, começaram a ser trilhadas essas sendas de investigação, até recentemente subestimadas ou mesmo ignoradas. Hurcombe (2007, p. 114-115) chamou a atenção para o fato de que, no nosso mundo contemporâneo, gradações de cores fortes e vibrantes são comuns, assim como superfícies polidas e materiais completamente transparentes, e que pouca importância damos a eles. No entanto, nos períodos recuados estudados pela arqueologia, a intensidade cromática só podia ser vista nas flores. Assim, segundo ela, deve ter sido verdadeiramente excepcional a habilidade de tingir tecidos, de produzir artefatos com matérias-primas intensamente coloridas, como o azul do lápis-lazúli, os variados tons de verde da malaquita, os vermelhos ferruginosos da cornalina ou a translucidez e os intensos amarelos, laranjas e vermelhos do âmbar. O mesmo pode ser dito em relação à textura, e esses atributos, muito provavelmente, foram revestidos de significados simbólicos e cosmológicos.

Thomas (2008, p. 57) destaca que o potencial das abordagens fenomenológicas à cultura material está longe de ser plenamente alcançado. Os estudos sobre estruturas arquitetônicas e paisagens têm se concentrado mais nos aspectos visuais (Thomas, 2001) e táteis da experiência humana com o espaço e o lugar, porém, cabe dispensar uma atenção maior aos sons e aos cheiros, já que se tratam de experiências multisensoriais. Os objetos pouco têm sido estudados a partir dessa perspectiva –



têxteis são exceção –, mas é de se prever nos próximos anos a sua expansão para categorias de materiais tão diversos quanto líticos, cerâmicas, metais, ossos, conchas, grafismos rupestres, entre tantos outros, tendo em vista a influência crescente das abordagens fenomenológicas na década atual, tanto no trabalho de campo quanto na produção textual.

Ainda no nascedouro, a perspectiva fenomenológica, antitética à arqueologia positivista, vem sendo vigorosamente combatida (ver, entre outros, Fleming, 2006, retrucando à crítica pós-processual). Além das já mencionadas reservas habitualmente feitas aos pós-processualistas, vem sendo argumentado que suas formas 'experimentais' de trabalho de campo estão produzindo resultados altamente questionáveis; as interpretações são arbitrárias e imaginosas, e seus textos hiper-interpretativos – dos quais Edmonds (1999, 2004) seriam exemplos paradigmáticos –; suas ilustrações são artísticas e o estilo, poético, quando não é esperado que os arqueólogos sejam propriamente artistas. A literatura arqueológica, em princípio, é produzida para transmitir informação, estabelecendo a relação entre evidência e interpretação. Contudo, quanto mais imaginoso é um texto, mais frouxa seria a sua conexão com os dados e com os argumentos interpretativos (Fleming, 2006, p. 275).

Mesmo assim, a penetração da fenomenologia nos estudos de cultura material, especialmente a de Merleau-Ponty (1999), um dos pensadores que mais influência vem exercendo sobre os que estão buscando essa perspectiva, segue uma trajetória ascendente. É possível prever a sua considerável expansão nos próximos anos, não apenas no domínio da paisagem e do corpo, mas também no dos artefatos, pouco contemplado até agora.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fragmentação do pensamento arqueológico em múltiplas tendências vem determinando a coexistência de diferentes abordagens no estudo da cultura material de sistemas socioculturais extintos. Se essa condição é entendida de forma negativa por alguns, como Schiffer (2000), que a vê como

sintoma de uma disciplina em desintegração, ela é avaliada como bastante positiva por outros, como Hodder (2001), que a interpreta como sinal de maturidade da arqueologia.

Ao longo da história do pensamento arqueológico, cada vertente teórica trouxe contribuições inestimáveis que permitiram à disciplina seu avanço e amadurecimento, especialmente a partir da segunda metade do século XX. Embora tenham se construído historicamente como antitéticas, essas diferentes perspectivas podem ser consideradas complementares. Se o histórico-culturalismo instituiu conceitos e procedimentos analíticos básicos para o entendimento da cultura material, a arqueologia positivista foi imbatível na geração de métodos, enquanto o pós-processualismo deu à disciplina uma densidade teórica nunca antes alcançada, reposicionando-a no cenário das ciências sociais. Essas contribuições cumulativas possibilitaram, a um leque considerável de pesquisadores de todas as tendências, a incorporação de muitas críticas procedentes e fundamentadas, assim como a flexibilização de posicionamentos antes firmemente enraizados, viabilizando o surgimento de fecundas combinações. Aparados as limitações e os excessos de cada uma delas, não apenas pós-processualistas se conscientizaram das restrições da aplicação da metáfora da linguagem à cultura material (Hodder, 1999, p. 74), como processualistas convictos incorporaram às suas investigações aspectos ideacionais da cultura, como foi o caso da chamada arqueologia cognitiva (ver Renfrew e Zubrow, 1995, entre outros).

Um aspecto, no entanto, pode ser considerado hoje uma página definitivamente virada no estudo da cultura material: o seu entendimento como um reflexo passivo de sistemas socioculturais. A cultura material é produzida para desempenhar um papel ativo, é usada tanto para afirmar identidades quanto para dissimulá-las, para promover mudança social, marcar diferenças sociais, reforçar a dominação e reafirmar resistências, negociar posições, demarcar fronteiras sociais e assim por diante. Não há como reverter essa condição, que



torna a cultura material, de fato, a dimensão concreta das relações sociais.

Contudo, há insatisfações com essa primazia dispensada às relações sociais, em detrimento da cultura material em si, de tal forma que alguns segmentos entendem ser necessária uma correção dos rumos. Olsen (2003, p. 89-90) chamou a atenção para o fato de que nos últimos quarenta anos as coisas materiais foram passando progressivamente para o fundo da cena na retórica arqueológica, sendo vistas apenas como um meio para se alcançar algo mais importante, as culturas e as sociedades. Duas identidades principais foram atribuídas à cultura material: uma fundada nos seus aspectos funcionais, tecnológicos e adaptativos; e outra no seu significado social e cultural, porém ambas distanciadas da materialidade em si mesma. Cumpriria, então, resgatar essa dimensão, já que a disciplina simplesmente se desmaterializou, as coisas foram esquecidas. A cultura material foi vista como metáfora, símbolo, ícone, mensagem, texto, em suma, como qualquer outra coisa que não ela mesma (Löfgren, 1997, p. 93 *apud* Olsen, 2003).

Para esses descontentes, cansados dos discursos sociais e humanistas que mostram como o sujeito e o social criaram o objeto, a investigação agora deveria ser conduzida no sentido de se saber como objetos constroem os sujeitos (Olsen, 2003, p. 100). Resta saber se essa perspectiva que coloca tal ênfase na materialidade não conduziria, inevitavelmente, a um fetichismo do artefato, o que constituiria, sem dúvida, um retrocesso nos estudos de cultura material. Como assinalou Miller (1994), uma ênfase apenas nos objetos é um fetiche, jamais arqueologia como disciplina acadêmica.

E o debate continua...

## REFERÊNCIAS

BENDER, Barbara. **Stonehenge: Making Space**. Oxford: Berg, 2006.

BINFORD, Lewis R. **Working at Archaeology**. New York: Academic Press, 1983.

BINFORD, Lewis R. Archaeology as Anthropology. **American Antiquity**, v. 28, n. 2, p. 217-255, 1962.

CHILDE, Vere Gordon. **Para uma interpretação do passado**. São Paulo: Difel, 1962.

DEETZ, James. In **Small Things Forgotten: The Archaeology of Early American Life**. New York: Anchor Books, 1977.

DUNNELL, Robert C. **Systematics in Prehistory**. New York: The Free Press & Collier Macmillan, 1971.

EDMONDS, Mark. **The Langsdales**. Stroud: Tempus, 2004.

EDMONDS, Mark. **Ancestral Geographies of the Neolithic**. London: Routledge, 1999.

FLEMING, Andrew. Post-processual Landscape Archaeology: a critique. **Cambridge Archaeological Journal**, v. 16, n. 3, p. 267-290, 2006.

GLASSIE, Henry. **Middle Virginian Folk Housing**. Knoxville: University of Tennessee Press, 1975.

HICKS, Dan; BEAUDRY, Mary C. (Eds.). **The Oxford Handbook of Material Culture Studies**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

HODDER, Ian. A review of contemporary theoretical debates in archaeology. In: HODDER, Ian (Ed.). **Archaeological Theory Today**. Cambridge: Polity Press, 2001. p. 1-13.

HODDER, Ian. **The Archaeological Process**. Oxford: Blackwell, 1999.

HODDER, Ian. **Theory and Practice in Archaeology**. London: Routledge, 1995.

HODDER, Ian (Ed.). **Symbolic and Structural Archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

HURCOMBE, Linda M. **Archaeological artifacts as material culture**. London: Routledge, 2007.

JOHNSON, Matthew. **Archaeological Theory: an introduction**. 2. ed. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.

JONES, George T.; LEONARD, Robert D.; ABBOTT, Alysia L. The structure of selectionist explanations in Archaeology. In: TELTNER, Patrice A. (Ed.). **Evolutionary Archaeology**. Methodological issues. Tucson: The University of Arizona Press, 1995. p. 13-32.

LAMING-EMPERAIRE, Annette. **La Signification de l'Art Rupestre Paléolithique**. Paris: Picard, 1962.

LEONARD, Robert D. Evolutionary Archaeology. In: HODDER, I. (Ed.). **Archaeological Theory Today**. Cambridge: Polity Press, 2001. p. 65-97.

LEONE, Mark P. Archaeology's relationship to the present and the past. In: GOULD, R. A.; SCHIFFER, M. B. (Eds.). **Modern Material Culture: The Archaeology of Us**. New York: Academic Press, 1981. p. 5-14.



- LEROI-GOURHAN, André. **Préhistoire de l'Art Occidental**. Paris: Mazenod, 1965.
- LYMAN, R. Lee; O'BRIEN, Michael J. The goals of Evolutionary Archaeology: history and explanation. **Current Anthropology**, n. 39, v. 5, p. 615-652, 1998.
- LYMAN, R. Lee; O'BRIAN, Michael J.; DUNNELL, Robert C. **The Rise and Fall of Culture History**. New York: Plenum Press, 1997.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MILLER, Daniel. Artifacts and the meaning of things. In: INGOLD, T. (Ed.). **Companion Encyclopedia of Anthropology**. London: Routledge, 1994. p. 396-419.
- MILLER, Daniel. **Material Culture and Mass Consumption**. Oxford: Basil Blackwell, 1987.
- MILLER, Daniel. **Artifacts as categories**: a study of ceramic variability in Central India. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- O'BRIEN, Michael; LYMAN, R. Lee. **Applying Evolutionary Archaeology**: a systematic approach. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers, 2000.
- O'BRIEN, Michael; HOLLAND, T. D. The nature and premise of a selection-based Archaeology. In: TELTSEER, Patrice A. (Ed.). **Evolutionary Archaeology**: methodological issues. Tucson: The University of Arizona Press, 1995. p. 175-220.
- OLSEN, Bjørnar. Material culture after text: Re-membering things. **Norwegian Archaeological Review**, v. 36, n. 2, p. 87-104, 2003.
- PATTERSON, Thomas C.; ORSER JR., Charles E. **Foundations of Social Archaeology**. Selected Writings of V. Gordon Childe. Lanham/Oxford: AltaMira Press, 2004.
- RENFREW, Colin; ZUBROW, E. B. W. (Eds.). **The Ancient Mind**. Elements of Cognitive Archaeology. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- SCHIFFER, Michael Brian. Social Theory in Archaeology. Building bridges. In: SCHIFFER, M. B. (Ed.). **Social Theory in Archaeology**. Salt Lake City: The University of Utah Press, 2000. p. 1-13.
- SOUTH, Stanley. **Method and Theory in Historical Archaeology**. New York: Academic Press, 1977.
- TELTSEER, Patrice A. Culture history, evolutionary theory, and frequency seriation. In: TELTSEER, Patrice A. (Ed.). **Evolutionary Archaeology**: methodological issues. Tucson: University of Arizona Press, 1995. p. 51-68.
- TILLEY, Christopher. **A Phenomenology of Landscape**: paths, places and monuments. Oxford: Berg, 1994.
- TILLEY, Christopher. **Material Culture and Text**. The Art of Ambiguity. London: Routledge, 1991.
- TILLEY, Christopher. Theoretical perspectives. In: TILLEY, Chris; KEANE, Webb; KÜCHLER, Susanne; ROWLANDS, Mike; SPYER, Patricia (Eds.). **Handbook of Material Culture**. London: Sage, 2008a. p. 7-11.
- TILLEY, Christopher. Objectification. In: TILLEY, Chris; KEANE, Webb; KÜCHLER, Susanne; ROWLANDS, Mike; SPYER, Patricia (Eds.). **Handbook of Material Culture**. London: Sage, 2008b. p. 60-73.
- THOMAS, Julian. Phenomenology and Material Culture. In: TILLEY, Chris; KEANE, Webb; KÜCHLER, Susanne; ROWLANDS, Mike; SPYER, Patricia (Eds.). **Handbook of Material Culture**. London: Sage, 2008. p. 43-59.
- THOMAS, Julian. Archaeologies of Place and Landscape. In: HODDER, I. (Ed.). **Archaeological Theory Today**. Cambridge: Polity Press, 2001. p. 165-186.
- TRIGGER, Bruce. Childe's Relevance to the 1990s. In: HARRIS, David R. (Ed.). **The Archaeology of V. Gordon Childe**: contemporary perspectives. Chicago: The University of Chicago Press, 1994. p. 9-34.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.
- WATSON, Patty Jo; LEBLANC, Steven A.; REDMAN, Charles L. **Explanation in Archaeology**. An Explicitly Scientific Approach. New York: Columbia University Press, 1971.
- WHITE, Leslie. **The Evolution of Culture**: The Development of Civilization to the Fall of Rome. New York: McGraw-Hill, 1959.
- WYLIE, Alison. **Thinking from Things**. Essays in the Philosophy of Archaeology. Berkeley: University of California Press, 2002.
- YENTSCH, Anne; BEAUDRY, Mary C. American Material Culture in Mind, Thought, and Deed. In: HODDER, I. (Ed.). **Archaeological Theory Today**. Cambridge: Polity Press, 2001. p. 214-240.